

Análise de Implementação de Incentivos Fiscais para Entidades Protetoras dos Animais em Campo Grande, MS: Uma Solução para Reduzir Maus-Tratos e Abandono de Animais no Brasil

Heloise Gomes Da Costa Sorgatto , Me. Igor Leal Brito (Orientador), Me.

fe.lucero@hotmail.com (Coorientador)

¹Colégio Novaescola – Campo Grande/ MS

loloiseesorgatto@gmail.com, brito.igorleal@gmail.com

Área/Subárea: Ciências Sociais Aplicadas – Direito

Tipo de Pesquisa: Científica

Palavras-chave: Incentivos fiscais, Proteção animal, ONGs.

Introdução

O abandono e os maus-tratos de animais constituem uma grave questão de bem-estar animal e saúde pública em Campo Grande - MS. De acordo com dados do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), o censo realizado em 2022 estimou que 12.500 animais sem raça definida foram abandonados na capital. A reportagem de Campos (2024) reforça essa situação, indicando que o número de cães abandonados ultrapassa 12 mil (CAMPOS, 2024). Além disso, o censo revela que existem 287.768 animais de estimação na cidade, um aumento de 39,25% no número de animais desde o último estudo de 2015. A escassez de recursos adequados e a falta de uma legislação eficiente agravam essa situação. Ribeiro (2021), em Proteção Animal e Legislação: Caminhos para uma Justiça Eficaz, argumenta que a integração de incentivos fiscais pode ser uma estratégia efetiva para fortalecer o financiamento das ONGs e aprimorar a eficácia das políticas de proteção animal. De 2019 a 2023, os casos de maus-tratos a animais que resultaram em morte dobraram em Campo Grande: em 2019, dos 209 registros, 17 terminaram em óbito. Já em 2023, entre 96 casos, 35 animais morreram na Capital, um aumento de 106%. Os dados são da Sejustp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS). Este trabalho propõe analisar a implementação de incentivos fiscais para entidades protetoras dos animais como uma medida para mitigar esse problema, proporcionando uma fonte de financiamento estável e sustentável para as organizações que atuam na defesa dos direitos dos animais.

Metodologia

A metodologia empregada neste estudo compreende uma

revisão bibliográfica de artigos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais e dados oficiais referentes à condição dos animais abandonados e vítimas de maus-tratos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Adicionalmente, será conduzida uma análise minuciosa do Projeto de Lei 3726/2023, investigando suas propostas e potenciais repercussões. Uma pesquisa documental acerca de iniciativas similares em outras nações será realizada visando comparações e aprendizados. A elaboração de um abaixoassinado e seus desdobramentos serão examinados como parte da mobilização social, contemplando estratégias para fomentar a adesão e a conscientização pública. Entrevistas com especialistas e representantes de organizações não governamentais serão conduzidas para obter insights adicionais sobre as melhores práticas e os desafios enfrentados na defesa dos direitos dos animais.

Resultados e Análise

Os resultados previstos incluem que a implementação de benefícios fiscais para organizações de proteção animal resultará em um substancial aumento nos recursos financeiros disponíveis para tais entidades, permitindo-lhes expandir suas atividades de resgate, cuidado e reabilitação de animais. Além disso, a aprovação do Projeto de Lei 3726/2023 deverá estabelecer um precedente para futuras iniciativas legislativas em prol dos direitos dos animais. Com o aumento dos recursos, as ONGs terão a capacidade de investir em campanhas de conscientização e educação pública acerca da importância da proteção animal. Prevê-se também uma redução no número de animais abandonados e maltratados, devido à ampliação e eficácia das operações das organizações. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas privadas será fortalecida, criando um ambiente mais propício para a proteção dos animais. O êxito desse projeto em Campo Grande poderá servir de inspiração para outras

localidades adotarem medidas semelhantes, gerando um impacto positivo em nível nacional.

Considerações Finais

O combate ao abandono e aos maus-tratos de animais é uma tarefa complexa que demanda a colaboração de toda a sociedade. A implementação de incentivos fiscais representa uma solução viável para fornecer os recursos necessários às entidades protetoras dos animais, promovendo um tratamento mais humano e ético dos animais no Brasil. A mobilização social é essencial para sensibilizar os legisladores sobre a importância de tais medidas, visando a construção de um futuro mais digno e seguro para todos os animais.

Agradecimentos

Ao Colégio Novaescola

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2023: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2023. BRASIL. Projeto de Lei nº 3726, de 2023. Dispõe sobre a destinação de parte do imposto de renda devido para entidades protetoras dos animais. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. THRONICKE, Soraya. Justificação do Projeto de Lepi nº 3726, de 2023. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde: Animais de Estimação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Estimativas sobre a População de Animais Abandonados. Genebra: OMS, 2023. SILVA, José A. Direitos dos Animais e Legislação: Uma Abordagem Crítica. São Paulo: Editora Jurídica, 2022. RIBEIRO, Ana C. Proteção Animal e Legislação: Caminhos para uma Justiça Eficaz. Porto Alegre: Editora Animal, 2021. GRANDE, CAMPOS, A. Número de vira-latas abandonados na capital ultrapassa 12 mil cães. Campo Grande News, Campo Grande, 27 jul. 2024. Disponível em: <https://amp.campograndenews.com.br/cidades/capital/numero-de-vira-latas-abandonados-na-capitalultrapassa-12-mil-caes>. Acesso em: 29 jul. 2024.